

A INCORPORAÇÃO DO ÍNDIO À HISTÓRIA NO DISCURSO QUINHENTISTA

Luiz Carlos Fernandes
Universidade Estadual de Uberlândia

- **RESUMO:** *O engajamento enunciativo do cronista na composição da figura do índio como referente do discurso quinhentista, explicitado na análise do Tratado Descritivo, de Gabriel Soares de Sousa, caracteriza uma estratégia discursiva que visa o ofuscamento desse "outro". Com base nas propostas da Análise francesa do discurso, estudam-se o emprego de determinadas formas verbais e de certas peculiaridades sintático-discursivas na produção dos efeitos de sentidos relacionados ao homem do Novo Mundo.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Quinhentismo; Crônica de Viagem; Enunciação; Debreagem.*
- **ABSTRACT:** *The XVIIth century chronicler effort on enunciating the Indian as very particular object of his discourse evinces a confident aim to overshadow the image of his "other". Studying Gabriel Soares de Sousa Tratado Descritivo do Brasil em 1587, that articles demonstrates how were established the discursive meanings related to the first new world's inhabitants by means of some linguistical proceedings, like the uses of verbal forms and a few syntactical peculiarities.*
- **KEY WORDS:** *XVIIth century; Travelers Chronicals; Enunciation; Shifters.*

1 INTRODUÇÃO

Inscrito na linha teórica da Análise do Discurso, este trabalho parte de conceitos como os de dialogicidade, heterogeneidade enunciativa, polifonia, lugar e situação de enunciação, orientação argumentativa do discurso e persuasão para estudar o relato cronístico de Gabriel Soares de Sousa, um dos principais exemplares da chamada literatura de viagem do século XVI. Essa inclusão

inaugural do indígena das terras americanas no discurso cronístico simboliza a fundação de sua historicidade, ponto de partida para sua incorporação no fluxo da história ocidental. A partir de então, múltiplos olhares se depositariam sobre sua figura até que se produzissem os sentidos que sua imagem evoca até nossos dias.

Considerando a linguagem um lugar de interação, de emergência de subjetividades e de negociação/construção de sentidos, procuramos caracterizar o locutor que está projetado na modalidade discursiva predominante na crônica de viagem, segundo o modo como este se representa e a constituição que confere ao referente e aos interlocutores, identificando ainda as estratégias que norteiam o seu fazer argumentativo.

O caráter interativo e heterogêneo da linguagem empregada no *Tratado Descritivo* evidencia-se no empenho do sujeito enunciativo por imprimir marca de autoridade a seu discurso. Segundo os objetivos que está determinado a atingir, as relações que vai estabelecendo com o universo que descreve, bem como os efeitos que pretende provocar e os comportamentos que deseja desencadear em seus interlocutores instalados na corte, é necessário que demonstre plenamente a legitimidade de seu discurso. Conforme verificamos nesta análise, porém, por trás da aparente homogeneidade da superfície textual, transparecem as marcas do não-dito silenciado e/ou censurado que denunciam, nos interstícios da linguagem, a presença polifônica do outro insinuando-se no espaço discursivo. E é pelo emprego de certas formas verbais, assim como pela ordenação sintático-discursiva predominante que se vai compor, de modo oblíquo e difuso, a imagem do actante indígena como um outro da instância enunciativa cuja participação precisa ser ofuscada.

2 A INSCRIÇÃO DO ÍNDIO NA HISTÓRIA

Na primeira parte do *Tratado*, os capítulos em que o autor faz descrições das tribos moradoras da costa brasileira situam-se ao lado dos que se ocupam das capitânicas hereditárias. A exemplo destes, estão dispostos numa seqüência narrativa que compõe um percurso desde o norte até o sul da costa brasileira. Aqui também repetem-se os capítulos iniciados e encerrados por embreagens à instância enunciativa, componente estratégico da enunciação para garantir a participação do interlocutor na formulação dos argumentos empregados na discursivização do tema indígena. As marcas de tempo, lugar e pessoa presentes nestes embreagens vêm representadas por formas verbais e adverbiais centradas na primeira pessoa do plural. Por outro lado, deslocamentos do tempo narrativo para momentos de referência posteriores aos da enunciação vêm indicados tanto por verbos no futuro do presente como pelo sentido de probabilidade expresso pelo presente do modo subjuntivo. As indicações precisas de deslocamentos temporais ao futuro, desenvolvidas por expressões adverbiais de lugar que remetem a capítulos situados mais adiante na seqüência enunciativa, reiteram a disposição enunciativa de legitimar sua responsabilidade sobre o discurso que vai construindo. É o que se pode observar em passagens como essas:

este gentio é da mesma cor baça, e tem a vida e costumes dos potiguares e a mesma língua, que é em tudo como a dos tupinambás, em cujo título se dirá muito de suas gentildades" (*Tratado*, p. 62); "parece que não é bem que passemos adiante do rio de São Francisco sem dizermos que gentio é este caeté, que tanto mal tem feito aos portugueses nesta costa, o que agora cabe dizer deles" (*Tratado*, p. 61); "parece razão que não passemos avante sem declarar que gentio é este a quem chamam aimorés" (*Tratado*, p.78); "tem esse gentio muita parte dos costumes dos tupinambás... e outras

gentilidades muitas que, por escusar prolixidade, as *guardamos* para se dizerem uma só vez. (idem, p. 96)

Em certas passagens, as marcas de deslocamentos do ponto-de-vista do sujeito enunciador fazem com que se confundam os espaços do enunciado enunciado e da enunciação enunciada. Como resultado do emprego na enunciação de verbos na primeira pessoa do plural, cria-se o sentido de inclusão do sujeito enunciatário, com o que se projeta no discurso um sujeito que participa da cena enunciada na qualidade de observador. Atente-se, ainda, para o modo como a função iterativa exercida por perífrases com o verbo "ter" seguido de participípio (Travaglia, 1985, p. 205) serve para reafirmar o empenho enunciativo em fazer um alerta sobre os temidos goitacases:

e como eles são tão esquivos inimigos de todo o gênero humano, não foi possível saber mais de vida e costumes, e o que *está dito* pode bastar por ora; e *tornemos* a pegar da costa; começando dos Ilhéus por diante" (*Tratado*, p. 80); "pois que *temos declarado* quase toda a costa que senhoreavam os goitacaseses, não é bem que nos *despeçamos* dela passando por eles, pois *temos dito* parte dos danos que fizeram aos povoadores do Espírito Santo aos da Paraíba. (idem, p. 95)

O apelo a denegações é muito freqüentemente utilizado nas descrições sobre os costumes da sociedade, sempre que ocorrem debragagens actanciais em torno da figura do índio. O olhar que se lança aí sobre o homem americano denota a expectativa de encontrar refletido em cada detalhe de seu cotidiano simulacros da sociedade branca européia, a qual funciona como uma espécie de marco de referência do fazer enunciativo. O empenho decidido em apontar ausências e faltas deixa implícita a rejeição da maioria dos valores socio-culturais dos índios pelo cronista-enunciador, espe-

cialmente aqueles relacionados à sua organização econômica e militar:

não vivem estes bárbaros em aldeias, *nem* casas, como o gentio, *nem* há quem lhas visse *nem* saiba, *nem* desse com elas pelos matos até hoje... *não* costumam estes alarves fazer roças, *nem* plantar alguns mantimentos; mantêm-se dos frutos silvestres e da caça que matam, a qual comem crua ou mal assada, quando têm fogo... *não* pelejam com ninguém de rosto a rosto; toda a sua briga é atraçoada. (*Tratado*, p. 79); *não* se ocupa em grandes lavouras; mantêm-se estes selvagens de caça e peixe do rio, que matam... *não* consentem cabelos nenhuns no corpo, *senão* os da cabeça (idem, p. 96).

A expressão dessa repugnância assume, porém, tom ainda mais veemente nas referências às formas de linguagem adotadas pelos selvagens. Afinal, é justamente à força da palavra que o cronista mais apela para promover a fundação do mundo recém-descoberto, postura herdada das tradições colonizadoras de seus patrícios, sempre tão cuidadosos em ir nomeando tudo o que encontravam nas terras de além-mar como forma de garantir sua posse. O enunciador do *Tratado* confia na palavra enquanto instrumento de legitimação do direito dos brancos sobre a terras dos índios, cuja voz precisa calar para afirmar a superioridade dos primeiros:

... a sua fala é rouca da voz, a qual arrancam da garganta com muita força, e *não* se poderá escrever... (*Tratado*, p. 79); "faltam-lhe três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se *não* têm F, é porque *não* têm fé em *nenhuma* coisa que adorem; *nem* os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, *nem* têm verda-

de, *nem* lealdade a *nenhuma* pessoa que lhes faça bem. E se *não* têm L na sua pronúnciação, é porque *não* têm lei alguma que guardar, *nem* preceitos para se governarem; e cada um fez lei a seu modo, e ao som da sua vontade; *sem* haver entre eles leis com que se governem, *nem* têm leis uns com os outros. E se *não* têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque *não* têm rei que os reja, e a quem obedeam, *nem* obedecem a *ninguém*, *nem* ao pai o filho, *nem* o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade. (*Tratado*, p. 302)

Nos enunciados que confrontam, nesses vários capítulos, a situação dos índios dos primeiros tempos da colônia com a situação posterior, projetam-se micro-embregens centradas no “agora” da enunciação, o que significa que, na época em que o *Tratado* foi escrito, grande parte das tribos que habitaram a costa brasileira já haviam sido empurradas para o interior do território. Fica assim pressuposto, entre os dois momentos, um período de expulsão massiva do gentio, sem porém qualquer tentativa de identificação de suas causas, atribuída simplesmente a possíveis confrontos bélicos entre nações inimigas. Apenas muito raramente, como no último dos segmentos abaixo citados, a enunciação deixa escapar, de modo implícito, que a invasão das terras litorâneas tinha sido iniciativa dos povoadores europeus, embora evite considerá-la um ato de violência, mas apenas uma imposição da vontade divina:

...e desta maneira se consumiu este gentio (os caetés), do qual não há *agora* senão o que se lançou muito pela terra adentro, ou se misturou com seus contrários sendo seus escravos, ou se aliaram por ordem de seus casamentos (*Tratado*, p. 62); ...ao tempo que os portugueses descobriram esta província do Brasil, (os tamoios) senhoreavam a costa dele desde o rio do cabo de São Tomé até a Angra dos Reis; do qual limite foram lançados para o

sertão, onde *agora* vivem. (*Tratado*, p. 109); o qual (o tupiniquim) tem *agora* despovoado toda esta comarca, fugindo dos tupininambás, seus contrários, que os apertaram por uma banda, e aos aimorés, que os ofendiam por outra: pelo que se afastaram do mar, e, fugindo ao mau tratamento que lhes alguns homens brancos faziam, por serem pouco tementes a Deus. (*Tratado*, p. 87)

No início do quarto parágrafo do capítulo 19, o relato sobre os inúmeros “danos” causados pelos caetés aos portugueses termina com uma debreagem em que a figuração divina do sujeito destinador da punição prescrita a esses indígenas torna clara a submissão, na formação discursiva do quinhentismo, ao interdiscurso da fé católica. Ao lado dessa retomada do tema da religiosidade no espaço enunciativo, uma micro-embregem instalada pelo pronome demonstrativo em primeira pessoa revela o engamento do enunciador em dar explicação sobre as causas da expulsão dos índios caetés: “cujos danos Deus não permitiu que durassem muito tempo; mas ordenou de os destruir *desta maneira*” (*Tratado*, p. 62).

Ao contrário de outras nações que já haviam se refugiado no interior, os aimorés continuaram a representar grande ameaça para a colonização portuguesa até os anos 80, especialmente no litoral das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus. Debreado no passado dos aimorés, desde os tempos em que viviam numas “seiras mui ásperas”, a voz do discurso acompanha o deslocamento dessa comunidade até a chegada à zona litorânea. Nessa altura, uma embregem enunciativa desencadeada pelo chamado presente histórico, em que se neutraliza o emprego do pretérito perfeito 2 dos verbos “correr” e “descer” em favor do presente do indicativo, faz coincidir o momento em que os aimorés alcançam o litoral pelo rio das Caravelas com o presente da narração. Tal procedimento enunciativo tem a função de presentificar fatos do passado (Fiorin,

1996, p. 207), expressando a surpresa e o clima de insegurança provocados entre os moradores das capitâneas pela movimentação e pelas investidas dos aimorés:

começou este gentio a sair ao mar no rio das Caravelas, junto de Porto Seguro, e corre estes matos e praias até o rio Camamu, e daí veio a dar assaltos perto de Tinhare, e não descem à praia senão quando vêm dar assaltos. (idem, p. 79)

No enunciado das mortes de portugueses por aimorés, inscreve-se, ao lado dos sentidos denotados pelo adjunto adverbial e pela quantificação das vítimas, o efeito de sentido iterativo e de processo ainda não-acabado expresso pela perífrase do verbo “ter” no presente do indicativo seguido de participio passado (Travaglia, 1985, p. 206), com o que se torna mais dramática a situação vivida pelos colonos:

e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos (Tratado, p. 80).

Embora pouco comum no discurso cronístico, a inserção no capítulo 152 de comentários avaliativos do narrador sobre o costume da adoção pelos caciques de meninas que depois transformam em suas esposas representa a reação assombrada do enunciatador, homem do quinhentismo europeu, face ao inédito da cultura americana. Nesse caso, observa-se a ocorrência de embreagens actancial e espacial por meio do adjunto “aqui” e de um verbo com sujeito indeterminado:

e se algum principal da aldeia pede a outro índio a filha por mulher, o pai lha dá sendo menina; e aqui se não entende o preceito acima, porque ele a leva para o seu lanço, e a vai

criando até que lhe venha seu costume, e antes disso por nenhum caso lhe toca (idem, p. 305).

A adesão dos indígenas aos programas do sujeito observador voltados para o conhecimento da nova terra é enunciada apenas implicitamente em uma ou outra embreagem ou debreagem; como ocorre no capítulo 147, que trata dos índios tupinambás. Esses “índios muito antigos” aparecem aí como doadores de um enunciatador que se faz representar por um sujeito indeterminado, procedimento que vem repetido no capítulo 149, onde a adjunção é atribuída aos “tupinambás e tupinaés”:

os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se têm tomado dos índios muito antigos, foram os tapuias” (Tratado, p. 299); “e assim foram possuídores desta província da Bahia muitos anos, fazendo guerra a seus contrários até a yinda dos portugueses a ela; dos quais tupinambás e tupinaés se têm tomado esta informação, em cuja memória andam estas histórias de geração em geração (Tratado, p. 300)

As marcas dessa colaboração servem comumente para assegurar o sentido de verdade nas debreagens actanciais projetadas por orações subordinadas adjetivas referentes à habitação, manufatura, utensílios, doenças, táticas de guerra e relações de parentesco da sociedade indígena. Neste caso, é conveniente admitir a responsabilidade do índio pelo ato de nomeação:

e como escolhe o sítio a contentamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, a que os índios chamam pindoba (Tratado, p. 303); o seu vinho principal é de uma raiz a que chamam aipim (Tratado, p. 311); andam dando o vinho em uns meios cabaços, a que chamam cuias, aos que andam cantando (Tratado, p. 311); fazem cestos de

varas, *a que chamam samburá* (*Tratado*, p. 312); quando este gentio quer tomar muito peixe nos rios de água doce os atravessam com uma tapagem de varas, e batem o peixe de cima para baixo; onde lhe lançam muita soma de umas certas ervas pisadas, *a que chamam timbó* (*Tratado*, p. 312)

São raros os enunciados em que se reconhece a presença de intermediários no processo de cooperação estabelecido com aqueles cujos saberes sobre a terra eram indispensáveis para o sucesso da ação colonizadora dos portugueses. A micro-embreagem enunciativa que vem destacada na citação abaixo evidencia a presença, na cena do enunciado, desse adjuvante do sujeito observador:

costuma este gentio, quando anda pelo mato sem saber novas do lugar povoado, deitar-se no chão, e cheirar o ar, para ver se lhe cheira a fogo, o qual conhecem pelo faro a mais de meia légua, *segundo a informação de quem com eles trata mais familiarmente* (*Tratado*, p. 319).

Os maiores atritos nas relações entre índios e brancos no século XVI evidenciam-se nos enunciados relativos à vida espiritual dos indígenas, pois neles se explicitam abertamente juízos de valor do sujeito da enunciação. O predomínio absoluto, na formação ideológica da crônica, dos preceitos espirituais do cristianismo, como não poderia deixar de ser, inviabiliza quaisquer tentativas da enunciação de compreender ou aceitar os costumes religiosos dos “bárbaros” americanos:

entre este gentio tupinambá há grandes feiticeiros, que têm este nome entre eles, por lhe meterem na cabeça mil mentiras... os quais, pela maior parte, não sabem nada, e para se fazerem estimar e temer tomam este ofício, por entenderem

com quanta facilidade se mete em cabeça a esta gente qualquer coisa (*Tratado*, p. 314).

A projeção da figura do diabo no enunciado que descreve a atividade dos pajés tanto pode ser apresentada a partir do ponto-de-vista de um actante indígena, como pode aparecer como asserção do próprio enunciador, o que deixa a impressão de que não se trata apenas da imagem produzida por um delírio ou pela credence exagerada do gentio, mas de uma presença cujo sentido de verdade é abonado pelo próprio narrador. As credences indígenas, sempre assimiladas pelo discurso segundo os critérios impostos pela fé católica, representam-se em enunciados que têm por função deixar patente a rusticidade e o despropósito dos credos indígenas:

mas há alguns que falam com os diabos, que os espancam muitas vezes, os quais os fazem muitas vezes ficar em falta com o que dizem... muitas vezes acontece aparecer o diabo a este gentio, em lugares escuros, e os espanca de que correm de pasmo; mas a outros não faz mal, e lhes dá novas de coisas sabidas (*Tratado*, p. 314)

É compreensível a dificuldade do cronista-enunciador de compreender as razões ancestrais de uma sociedade tão peculiar como a americana: não espanta, pois, que insista em contestar tudo o que nela se diferencia de seus próprios padrões morais e espirituais. Só pode adotar o que já conhece como parâmetro para retratar o diferente: daí o seu grande empenho em descobrir faltas e a dificuldade de enxergar o que há de inédito na realidade do novo mundo. Por isso, renega tudo aquilo que não tem similaridade com os padrões sexuais restritivos, com a desconfiança no trato com o Outro, a mistificação no tratamento de assuntos de estado, componentes predominantes na formação ideológica da sociedade europeia do século XVI a que está vinculado:

são os tupinambás tão luxuriosos que *não* há pecado de luxúria que *não* cometam... e *não* se contentam com uma mulher, mas têm muitas... e em conversações *não* sabem falar *senão* nestas sujidades, que cometem cada hora... e *não* contentes estes selvagens de andarem tão encarniçados neste pecado, naturalmente cometido, são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se *não* têm por afronta” (*Tratado*, p. 308); quando entra algum hóspede em casa dos tupinambás, logo o dono do lanço da casa, onde ele chega, lhe dá a sua rede e a mulher lhe põe de comer diante, *sem* lhe perguntarem quem é, *nem* de onde vem, *nem* o que quer (*Tratado*, p. 316); quando o principal da aldeia quer praticar algum negócio de importância, manda recado aos índios de mais conta, os quais se ajuntam no meio do terreiro da aldeia, onde também se chegam os que querem ouvir estas práticas, porque entre eles *não* há segredo (*Tratado*, p. 317)

CONCLUSÃO

As estratégias monofonizantes do discurso quinhentista, que este *Tratado* é parte, caracterizam-se pelo controle do jogo enunciativo resultante de procedimentos discursivos como os que vamos de descrever: o desdobramento do sujeito da enunciação em observador; as intervenções por meio de embreagens enunciativas, a fixação de um marco enunciativo no além-mar, os esforços de apagamento do outro, etc Sem que, entretanto, se possa evitar o enunciativo dos componentes fundamentalmente dialógicos e políticos que são parte constitutiva do mesmo.

O componente de heterogeneidade é parte integrante do discurso cronístico de Gabriel Soares de Sousa: não há como apartar a intervenção nele da figura do outro representado pelo índio. O esforço de silenciamento dessa voz, complementar à denegação

de seus valores culturais e religiosos, demonstra a importância primordial da palavra na constituição das estratégias enunciativas do discurso colonial sobre o Brasil. Ela foi instrumento imprescindível na fundação e transformação da realidade do Novo Mundo pelo colonizador português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Luiz Carlos. *O olhar português sobre o Brasil: procedimentos discursivos em relatos de cronistas europeus do século XVI*. Araraquara, 2000. Tese (Doutorado). UNESP.
- FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2.ed. Campinas: Editora Unicamp/Pontes, 1993.
- SOUSA, Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O Aspecto Verbal em Português*. A categoria e sua expressão. Uberlândia: Universidade Estadual de Uberlândia, 1985.